

I

Depois de as coisas acontecerem, é quase irresistível reflectir sobre o que teria sido a vida se se tem feito diferente. Se soubesse o que o destino lhe reservava nos próximos tempos, talvez Luís Bernardo Valença nunca tivesse apanhado o comboio, naquela chuvosa manhã de Dezembro de 1905, na estação do Barreiro.

Mas agora, recostado na confortável poltrona de veludo carmim da 1ª classe, Luís Bernardo via desfilar tranquilamente a paisagem através da janela, observando como aos poucos se instalava o terreno plano, semeado de sobreiros e azinheiras, tão característico do Alentejo, e como o céu de chuva que deixara em Lisboa ia timidamente abrindo clareiras pelas quais espreitava já um reconfortante sol de Inverno. Procurava ocupar aquelas preguiçosas horas de viagem até Vila Viçosa na leitura sonolenta do Mundo, o seu jornal de todos os dias, vagamente monárquico, assumidamente liberal e, como o nome indicava, preocupado com o estado do mundo e com «as elites que nos governam». Naquela manhã, o Mundo noticiava uma crise aberta no Governo francês devido ao pagamento dos custos de construção do Canal de Suez, que o engenheiro Lesseps não se cansara de escavar, como um louco furioso, deixando uma factura sem prazo de conclusão à vista. Havia também notícia de mais um aniversário do Rei Eduardo VII, passado na intimidade da Família Real e com mensagens recebidas de todos os reis, rajás, sheiks, régulos e chefes tribais desse imenso Império onde, recordava o Mundo, o Sol nunca se punha. No que se referia a Portugal, havia novas de mais uma expedição punitiva contra os nativos do interior leste de Angola, mais um episódio daquela imensa trapalhada em que parecia sobreviver a custo a colónia. E, em São Bento, registara-se nova algazarra entre os deputados do Partido Regenerador, de Hintze Ribeiro, e os Progressistas, de José Luciano de Castro, a propósito da «lista civil» do Paço — o orçamento público reservado ao funcionamento da Casa Real, o qual nunca parecia ser suficiente para os gastos. Luís Bernardo largou o jornal no lugar vazio ao lado e preferiu antes meditar no que o fizera apanhar aquele comboio.

Tinha 31 de idade, era solteiro e tão mal comportado quanto as circunstâncias e o berço lho permitiam — algumas coristas e bailarinas de fama equivalente a todas as suspeitas, ocasionais empregadas de balcão da Baixa, duas ou três virtuosas senhoras casadas de sociedade e uma muito falada e disputada soprano alemã que estagiara três meses em S. Carlos e de que constava não ter sido o único frequentador. Era, pois, um homem dado a aventuras de saias mas também a melancolias. Aos 22 anos deixara o curso de Direito em Coimbra mas, para grande desgosto do seu já falecido

pai, a sua projectada carreira na advocacia não fora além de um curto estágio no escritório de um reputado advogado de Coimbra, do qual saíra esbaforido e para sempre aliviado daquela suposta vocação. Regressara à sua Lisboa de sempre, onde se ocupara de dispersos ofícios, até ter herdado do pai a posição de sócio principal da Companhia Insular de Navegação: três navios, de cerca de doze mil toneladas cada um, transportando carga e passageiros entre a Madeira e as Canárias, o arquipélago dos Açores e as ilhas de Cabo Verde. A Insular tinha os escritórios situados num prédio ao fundo da Rua do Alecrim, os seus trinta e cinco empregados espalhados pelos quatro andares do edifício pombalino e ele próprio instalado num amplo salão, com duas janelas rasgadas sobre o Tejo, que vigiava com a atenção de um faroleiro, ao longo dos dias, dos meses, dos anos. Ao princípio, Luís Bernardo criara a ilusão de que dali controlava uma armada atlântica e quase uma parte dos destinos do mundo: conforme os telegramas ou as comunicações--rádio dos seus únicos três navios iam chegando, assim ele ia actualizando o seu paradeiro com pequenas bandeirinhas que espetava no imenso mapa da toda a costa ocidental da Europa e de África, que preenchia a parede do fundo. Depois, aos poucos, foi-se desinteressando do paradeiro diário do Catalina, do Catarina e do Catavento, deixou de espetar diligentemente as bandeirinhas no mapa, embora continuasse a comparecer religiosamente às partidas e chegadas dos navios da Insular, na Rocha Conde de Óbidos. Só uma vez lhe ocorrera, por espírito de descoberta ou por dever de ofício, embarcar num dos seus navios: fora de ida e volta até ao Mindelo, em São Vicente, numa viagem tormentosa e desconfortável, para encontrar uma terra que lhe parecera desolada e absolutamente despida de qualquer coisa que pudesse interessar a um europeu do seu tempo. Explicaram-lhe que aquilo não era bem África, antes um pedaço de lua caído ao mar, mas ele não se motivou a ir mais além, ao encontro dessa tal África de que lhe chegavam tantos relatos extasiados.

Ficara-se para sempre pelo escritório da Rua do Alecrim e pela casa em Santos, onde vivia sozinho com uma velha governanta que herdara de casa dos pais e que sentenciava, volta e meia, que «o menino precisa de se casar», além de uma ajudante de cozinha, uma moça da Beira Baixa, feia como um porco-espinho. Almoçava invariavelmente no seu clube de sempre, no Chiado, jantava no Bragança ou no Grémio ou pacatamente em casa, fazia serões de cartas com os amigos ou visitas sociais em casas de família, ocasionalmente o S. Carlos, festas no Turf ou no Jockey. Era bem relacionado, espirituoso, inteligente, bom conversador. Tinha a paixão do estado do mundo, que acompanhava com a assinatura de uma revista inglesa e outra francesa e era, correspondentemente, fluente nas duas línguas, coisa rara na Lisboa desse tempo. Interessara-se pela Questão Colonial, lera tudo sobre a Conferência de Berlim e, quando a questão ultramarina começou a ser objecto de apaixonadas discussões públicas, ainda como seqüela do Ultimatum inglês, publicara dois artigos no Mundo, que foram amplamente citados e discutidos pela sua análise de uma rara frieza e equilíbrio, por entre o furor patriótico e antimonárquico dominante nos espíritos, em contraste com a aparente condescendência do Senhor D.

Carlos. Defendia ele um colonialismo moderno, de matriz mercantil, centrado na exploração efectiva das coisas que Portugal tivesse capacidade para levar a cabo, através de empresas vocacionadas para a actividade em África, geridas com espírito profissional e «atitude civilizacional», e não mais «entregue aos desígnios dos que, aqui não sendo ninguém, lá se comportam como sobas, piores do que os que encontraram, e não como europeus, idos da civilização do progresso, ao serviço do seu país».

Os seus artigos foram objecto de acaloradas discussões entre «europeus» e «africanistas» e a fama de que beneficiou então aliciou-o a ir mais além, publicando um opúsculo, onde reuniu os números referentes aos últimos dez anos de comércio de importação das colónias de África, para sustentar a sua conclusão de que esse comércio era incipiente para a Europa, insuficiente para as necessidades do país e, logo, um profundo e instalado desperdício das possibilidades oferecidas por uma exploração racional e inteligente das riquezas ultramarinas. «Não basta apregoar ao mundo que se tem um Império — concluía ele — é também necessário explicar porque se merece tê-lo e conservá-lo.» O debate que se seguiu foi violento e intenso e, do outro lado da trincheira, o «africanista» Quintela Ribeiro, dono de extensas fazendas em Moçâmedes, resolveu ripostar no Clarim, perguntando «que conhecimentos tem de África o licenciado Valença?», e virando a frase contra o seu criador, concluía: «Não basta apregoar ao mundo, como este Valença, que se tem uma cabeça. É também necessário explicar por que se merece tê-la e conservá-la.»

A frase de Quintela Ribeiro e a própria discussão pública suscitada pelas intervenções de Luís Bernardo tornou-se uma espécie de cartão de visita do destinatário, porque a verdade é que muita Lisboa comentava ser também um desperdício que um homem com a sua idade e os seus talentos de inteligência e informação gastasse o melhor da sua vida a olhar o Tejo por uma janela e a cirandar pela cidade em busca de conquistas amorosas.

Tudo isso ficara para trás, há já uns meses. Luís Bernardo regressara, não sem alívio, à sua pacata e habitual vida de todos os dias: o incómodo de ser o centro de uma polémica pública parecera-lhe maior do que a eventual fama e admiração que daí colhera, traduzida num aumento de convites para jantares onde, invariavelmente, tinha de ouvir debitar estúpidas opiniões sobre a «questão ultramarina», sempre rematadas com a pergunta da praxe:

— E você, que pensa sobre isto, Valença?

Naquele instante precisamente, no comboio de Lisboa para Vila Viçosa, Luís Bernardo pensava na estranha convocação que El-Rei lhe tinha feito, através do seu secretário particular, o conde de Arnoso, para que comparecesse a almoçar, nessa quinta-feira, no Paço de Vila Viçosa. Bernardo de Pindela, o conde de Arnoso, um dos integrantes do célebre grupo dos «Vencidos da Vida», que tanto agitara a vida intelectual do país uns anos antes, e que lhe dera a inesperada honra de o visitar no seu escritório da Insular, limitara-se a transmitir-lhe o convite, e apenas acrescentara:

— Desculpar-me-á, meu caro, mas, como compreende, eu não posso revelar o que Sua Majestade pretende dizer-lhe. Sei que o assunto é de

importância e El-Rei pede que o encontro seja mantido em segredo. No mais, verá que um passeio até Vila Viçosa só lhe faz bem para desanuviar desta atmosfera de Lisboa e, além disso, posso garantir-lhe que se almoça lá muito bem.

Ei-lo, pois, de caminho até ao Paço Ducal dos Braganças, no meio dessa coisa nenhuma que era o Alentejo, onde o Senhor D. Carlos passava todos os anos o melhor do Outono e do Inverno nesse sport da caça em que, segundo as línguas republicanas da capital, se entretinha a descansar dos poucos momentos que desdenhava ocupar-se dos assuntos da governação. Luís Bernardo era quase da idade do Rei, mas, ao contrário deste, era um homem magro e elegante, que se vestia com aquela sobriedade só aparentemente distraída que é característica dos verdadeiros gentlemen. D. Carlos de Bragança parecia um pacóvio fardado de Rei; ele parecia um príncipe disfarçado de burguês. Tudo, na sua figura, na maneira como se vestia, na sua forma de andar, denunciava a sua atitude perante a vida: cuidava da aparência, mas não tanto que isso se transformasse num incómodo; estava a par da moda, do que se passava lá fora, mas não prescindia do seu próprio critério; passar despercebido era motivo de angústia, ser demasiado notado, apontado a dedo, era-lhe constrangedor. A sua qualidade era não alimentar demasiadas ambições, o seu defeito o de não alimentar, provavelmente, ambição alguma. E, todavia, quando se examinava a si próprio, tentando manter uma distância razoável para análise, Luís Bernardo reconhecia, sem excesso de vaidade, que estava vários planos acima do meio da sua frequência: era mais bem-educado do que os imediatamente abaixo, mais inteligente e culto, menos fútil do que os acima. E assim se foram passando os anos e a sua juventude deslizando ao longo deles. Fora no amor como na vida: as mulheres que verdadeiramente achava irresistíveis pareciam-lhe sempre para além do alcance; as que achava disponíveis pareciam-lhe sempre decepcionantes. Estivera noivo, uma vez, de uma menina muito nova, bonita, dotada, com um devastador peito de adolescente que lhe subia acima dos decotes onde ele se prendia em contemplação e onde, por duas vezes, passeara as mãos, encostara o nariz e destapara para melhor o devassar com os olhos e sem pudor. Chegara a oferecer-lhe o anel de noivado, houve data apalavrada entre a sua tia Guiomar, que fazia as vezes de mãe, e o putativo sogro, mas ele tropeçara finalmente na ignorância da noiva, que confundia Berlim com Viena e supunha que a França ainda vivia em monarquia. Imaginou os anos todos pela frente ao lado daquele peitinho de rola, a pasmaceira dos serões, a imbecilidade da conversa, o desfastio dos almoços de domingo em casa do sogro, e bateu em retirada, sem elegância nem circunstância, insultado aos gritos pelo pai do peitinho de rola em pleno Grémio, saindo de mansinho, vexado mas aliviado, pensando para consigo, e com razão, que tudo se resolveria com quinze dias de maledicência de que ele seria o alvo e depois, outra vez, a vida inteira à sua frente. E a tanto se resumiram as suas tentativas daquilo a que os outros chamam «uma vida a dois».

Ali, no comboio para Vila Viçosa, dava graças à Providência por ser um homem só, livre e senhor do seu destino. Esticou as compridas pernas

EQUADOR
Miguel Sousa Tavares

até ao lugar da frente, sacou do bolso do casaco a cigarreira de prata e, de dentro dela, um cigarro açoriano, esguio e longo, procurou no bolso do colete a caixa de fósforos e acendeu o cigarro, aspirando lenta e sensualmente. Era um homem livre: sem casamento, sem partido, sem dívidas nem créditos, sem fortuna nem apertos, sem o gosto da futilidade nem a tentação do desmedido. O que quer que El-Rei tivesse para lhe dizer, para lhe propor, para lhe ordenar, a última palavra seria sempre sua. Quantos homens conhecia ele que se pudessem gabar do mesmo?